

Eólica Baixa Verde S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Baixa Verde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Baixa Verde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Baixa Verde S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício de 2016 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 12 de abril de 2017, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Baixa Verde S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.422	9.485	Fornecedores	8	1.192	153
Contas a receber de clientes	5	11.982	10.759	Financiamentos	7	2.771	4.673
Estoques		52	-	Obrigações tributárias	9	5.543	2.243
Outras contas a receber		244	263	Obrigações sociais e trabalhistas		1	-
Tributos compensáveis		421	485	Dividendos obrigatórios		3.659	2.673
Partes relacionadas		23	-	Partes relacionadas	15	-	51
Despesas antecipadas		548	-				
Total do ativo circulante		30.692	20.992	Total do passivo circulante		13.166	9.793
Aplicações financeiras	4	1.540	2.397	Financiamentos	7	55.431	56.259
Tributos diferidos		894	894	Obrigações tributárias		2.363	2.561
Contas a receber de clientes	5	4.786	6.032	Tributos diferidos		-	1.557
Imobilizado	6	75.462	79.103	Provisão para desmobilização		255	255
Total do ativo não circulante		82.682	88.426	Total do passivo não circulante		58.049	60.632
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		28.653	28.653
				Reserva de lucros		13.506	10.340
				Total do patrimônio líquido		42.159	38.993
Total do ativo		113.374	109.418	Total do passivo e patrimônio líquido		113.374	109.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Baixa Verde S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	12	21.801	21.701
Custos de geração	13	<u>(7.182)</u>	<u>(5.853)</u>
Lucro bruto		<u>14.619</u>	<u>15.848</u>
Despesas gerais ou administrativas		<u>(2.618)</u>	<u>(1.931)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>12.001</u>	<u>13.917</u>
Receita financeiras		1.533	1.144
Despesas financeiras		<u>(6.934)</u>	<u>(4.854)</u>
Resultado financeiro	14	<u>(5.401)</u>	<u>(3.710)</u>
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		<u>6.600</u>	<u>10.207</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	<u>(2.448)</u>	<u>(1.686)</u>
Resultado do exercício		<u><u>4.152</u></u>	<u><u>8.521</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Baixa Verde S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	4.152	8.521
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>4.152</u></u>	<u><u>8.521</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Baixa Verde S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Incentivo Fiscal	Retenção	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>25.978</u>	<u>226</u>	<u>378</u>	<u>2.916</u>	<u>-</u>	<u>29.498</u>
Aumento de capital	2.675	-	-	-	-	2.675
Resultado do exercício	-	-	-	-	8.521	8.521
Constituição de reserva legal	-	426	-	-	(426)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	1.293	-	(1.293)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.701)	(1.701)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.101	(5.101)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>28.653</u>	<u>652</u>	<u>1.671</u>	<u>8.017</u>	<u>-</u>	<u>38.993</u>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	4.152	4.152
Constituição de reserva legal	-	208	-	-	(208)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(986)	(986)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.958	(2.958)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>28.653</u>	<u>860</u>	<u>1.671</u>	<u>10.975</u>	<u>-</u>	<u>42.159</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Baixa Verde S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	4.152	8.521
Depreciação	3.972	3.741
Juros sobre empréstimo	2.554	2.724
Tributos diferidos	(1.557)	1.212
Provisão para desmobilização	-	11
Variação nos ativos e passivos		
Aumento em impostos a recuperar	64	(1.185)
Aumento em contas a receber de clientes	23	(2.581)
Aumento em estoques	(52)	-
Aumento em outras contas a receber	19	(187)
Partes relacionadas	(74)	(2.948)
Aumento em despesas antecipadas	(548)	-
Aumento em fornecedores	1.040	59
Aumento em obrigações fiscais	3.102	114
Aumento em obrigações trabalhistas	1	-
Caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>12.696</u>	<u>9.481</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(5.284)	(5.244)
Integralização de capital	-	2.675
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	<u>(5.284)</u>	<u>(2.569)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	857	(2.397)
Aquisição de imobilizado	(331)	(534)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	<u>526</u>	<u>(2.931)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>7.937</u>	<u>3.981</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	9.485	5.504
No fim do exercício	<u>17.422</u>	<u>9.485</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>7.937</u>	<u>3.981</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Eólica Baixa Verde S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, com sede na cidade de Lagoa Nova, estado de Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento Cabeço Preto, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situadas no município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de onze unidades geradoras de 1.800 kW, totalizando 19.800 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia. A Companhia entrou em operação comercial no dia 04 de maio de 2012.

b. Autorização

A autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. A resolução, bem como a data de sua emissão é:

Central geradora eólica	Portaria ANEEL	Data da publicação
Cabeço Preto	712	10/08/2010

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(*) As informações de kW não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Torres de Geração de Energia Eólica

25 anos

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

e. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCCE - Câmara de Comercialização de Energia .

f. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- 1. Identificar o contrato com o cliente**
- 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato**
- 3. Determinar o preço das transações**
- 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho**
- 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**

Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada à CCEE; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- - **Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- - **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(i) *Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019*

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos	3.340	40
Aplicações financeiras (a)	<u>15.622</u>	<u>11.842</u>
	<u>18.962</u>	<u>11.882</u>
Circulante	17.422	9.485
Não circulante (b)	1.540	2.397

- (a) As aplicações financeiras no ativo circulante referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao BNB (Banco do Nordeste) e Bradesco, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, indexadas à CDI.
- (b) O montante de R\$ 1.540 registrado no ativo não circulante refere-se a conta reserva, vinculado ao financiamento do BNDES.

5 Contas a receber de clients

	2017	2016
Camara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>16.768</u>	<u>16.791</u>
Circulante	11.982	10.759
Não circulante	<u>4.786</u>	<u>6.032</u>

Todos os títulos em aberto em 31/12/2017 estão classificados como a vencer. O montante de R\$4.786 classificado como não circulante refere-se as provisões efetuadas e que serão liquidadas ao final do quadriênio conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

6 Imobilizado

Composição do imobilizado

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 1º/01/2017	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Edificações, obras civis e benfeitorias	78.898	-	(3.972)	74.926
Imobilizado em andamento (a)	<u>205</u>	<u>331</u>	<u>-</u>	<u>536</u>
Total	<u>79.103</u>	<u>331</u>	<u>(3.972)</u>	<u>75.462</u>
	Saldo em 1º/01/2016	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Edificações, obras civis e benfeitorias	82.232	404	(3.738)	78.898
Imobilizado em andamento (a)	<u>78</u>	<u>130</u>	<u>(3)</u>	<u>205</u>
Total	<u>82.310</u>	<u>534</u>	<u>(3.741)</u>	<u>79.103</u>

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

7 Financiamentos

	Taxa de juros	Vencimentos	2017	2016
Financiamentos (a)	2,02% a.a. + TJLP	15/10/2029	14.492	15.549
	2,50% a.a.	27/05/2033	<u>43.710</u>	<u>45.383</u>
Total			<u>58.202</u>	<u>60.932</u>
Circulante			2.771	4.673
Não Circulante			55.431	56.259

(a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e BNB (Banco do Nordeste) que são reconhecidos pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária nestes contratos denominados de financiamento mediante abertura de crédito.

Saldo em 31 de dezembro de 2016	60.932
Juros incorridos em 2017	2.554
Atualização do principal em 2017	<u>(5.284)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>58.202</u>

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES e/ou BNB tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES e/ou BNB, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES e/ou BNB;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES e/ou BNB, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES e/ou BNB, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato (exclusivamente para BNDES);
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES e/ou BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

8 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

9 Obrigações tributárias

Obrigações tributárias são saldos a pagar no âmbito federal, estadual e municipal.

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

	2017	2016
IRPJ e CSLL a pagar	7.153	3.971
Pis	99	123
Cofins	429	542
Outros impostos a pagar	<u>225</u>	<u>168</u>
Total	<u>7.906</u>	<u>4.804</u>
Circulante	5.543	2.243
Não Circulante	2.363	2.561

10 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 28.653 em 31 de dezembro de 2017 (idem em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 28.653 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

O saldo remanente do resultado do exercício, ficará a disposição da Assembleia para futura destinação.

11 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	2017	2016
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	6.600	10.207
Despesas/Receitas não dedutíveis	<u>600</u>	<u>(5.248)</u>
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	<u>7.200</u>	<u>4.959</u>
IRPJ e CSLL 34%	<u><u>2.448</u></u>	<u><u>1.686</u></u>

12 Receita operacional líquida

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

	2017	2016
Receita bruta	22.549	22.440
Energia elétrica - Geração própria	22.549	22.440
Deduções da receita	(748)	(739)
Pis sobre faturamento	(132)	(130)
Cofins sobre faturamento	<u>(616)</u>	<u>(609)</u>
Total	<u><u>14.198</u></u>	<u><u>21.701</u></u>

13 Custos de geração

	2017	2016
Arrendamento e aluguéis	(135)	-
Depreciação e Amortização	(3.974)	-
Encargos de transmissão e conexão	<u>(3.072)</u>	<u>(5.853)</u>
Total	<u><u>(7.182)</u></u>	<u><u>(5.853)</u></u>

14 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeira	978	812
Descontos obtidos	-	-
Outras receitas	<u>555</u>	<u>332</u>
	<u>1.533</u>	<u>1.144</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas	(882)	(316)
Despesas com juros diversos	(3.258)	(4.538)
Comissão fiança	<u>(2.794)</u>	<u>-</u>
	<u>(6.934)</u>	<u>(4.854)</u>
Total	<u>(5.401)</u>	<u>(3.710)</u>

15 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	2017	2016
Ativo		
Eólica Pedra do Reino S.A.	<u>23</u>	<u>-</u>
Total	<u>23</u>	<u>-</u>
Passivo		
Gestamp Eólica Brasil S.A.	<u>-</u>	<u>51</u>
Total	<u>-</u>	<u>51</u>

16 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	18.962	18.962	11.882	11.882
Contas a receber	16.768	16.768	16.791	16.791
Fornecedores	1.192	1.192	153	153
Financiamentos	58.202	58.202	60.931	60.931
Total	95.125	95.125	89.757	89.757

b. Instrumentos financeiros por categoria

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	18.962	-	11.882	-
Contas a receber	16.768	-	16.791	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	-	1.192	-	153
Financiamentos	-	58.202	-	60.931